

Giovanni ALVES¹

DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1997.

Em seu livro *O império universal e seus antípodas* – a ocidentalização do mundo, Marcos Del Roio nos apresenta um vigoroso (e ousado) painel histórico e político do Ocidente, do século XI aos nossos dias. É uma narrativa original dos principais acontecimentos históricos que contribuíram para a constituição da modernidade capitalista. Por meio dela acompanhamos, por exemplo, o desenrolar da Revolução Inglesa, Revolução Francesa, Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa (o último capítulo é central para a análise da experiência soviética e dos dilemas do movimento socialista no século XX). A apresentação do processo sócio-histórico é acompanhada, *pari passu*, de uma série de resenhas críticas dos clássicos da teoria política – Montesquieu, Locke, Maquiavel, Espinosa, Rousseau, Marx, Schumpeter, Arendt, Lenin e Rosa (é curiosa a ausência de uma digressão analítica sobre Gramsci). Estamos diante de uma ousada reflexão sócio-histórica sobre o Ocidente, uma contribuição original sobre o verdadeiro significado da modernidade capitalista. É uma análise histórica que privilegia a totalidade em processo (o que ele denomina “bloco histórico do Ocidente”), com a sua exposição se contrastando, por exemplo, com a tendência das pesquisas históricas contemporâneas de orientação pós-modernas em privilegia-

1 Departamento de Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-000 – Marília – SP.

rem o discurso do fragmentário, deixando de lado os grandes painéis históricos.

Del Roio não escreveu um mero tratado rebuscado de erudição filológica e histórica. Pelo contrário, sua reflexão histórica e política remete aos problemas candentes do nosso tempo. Ao buscar, por exemplo, o que ele denominou de raízes do império universal do ocidente, na verdade Del Roio procura encontrar as raízes do espírito da globalização. Para ele, o processo de globalização seria tão-somente um desenvolvimento do processo histórico milenar de ocidentalização do mundo, ou ainda, de realização do império universal do Ocidente.

Para Del Roio, a ocidentalização do mundo, que assumiu diversas trajetórias, tende a reproduzir apenas a "lógica da conquista, submissão e racialização do outro" (p.130). Ou melhor, a trajetória sociocultural do Ocidente foi "fundada na exclusão e domínio do outro, assim como no projeto de império universal" (p.127). Desse modo, a globalização, para ele, poderia ser considerada apenas a plena realização da idéia laicizada de império universal do Ocidente (como observou Del Roio, "a laicização da idéia de império universal ocorre na Inglaterra da época da revolução burguesa, transferindo-se depois para o extremo Ocidente setentrional, germinando e passando a concorrer com a matriz após a guerra hispano-americana de 1898" (p.176). Por isso, o livro contribui, de certo modo, para uma reflexão original – apesar de problemática – sobre as origens do processo de globalização.

No aspecto conceitual, o que caracteriza a obra é sua linguagem impressionista com nítidas colorações dualistas, que requalifica, com criatividade, uma série de análises do processo histórico moderno. Del Roio trabalha a linguagem como que tentando redescobrir, por meio de uma nova sintaxe conceitual, significados perdidos no processo de constituição do domínio total do Ocidente. Por exemplo, uma idéia marcante da obra é a contraposição dualista entre "Ocidente" e "Oriente" (uma sugestão gramsciana apropriada com originalidade por Del Roio). A partir daí, surgem alguns conceitos antinômicos, tensionados por uma polarização visceral que contrapõe, por exemplo, "outro negativo interno" (cujo exemplo é o proletariado, o "outro interno da modernidade capitalista") – ou o que ele ainda denomina de "um novo Oriente interno" – e o "outro negativo externo", o "Oriente islâmico", considerado como uma entidade subalterna, essencial para a própria identidade ocidental (p.15). O livro é permeado por algumas expressões novas. Surge, por exemplo, a denominação de "Guerra dos Trinta Anos do século XX", para caracterizar o período histórico que vai de 1914 a 1944. A influência

do léxico gramsciano surge com vigor, sobretudo pela utilização, nada ortodoxa, dos conceitos “bloco histórico” e “revolução passiva”. Del Roio incorpora-os com criatividade, apesar de alguns vazios analíticos (por exemplo, a utilização ampliada do conceito de “bloco histórico” e mesmo de “revolução passiva” exigiria, pelo menos, uma maior digressão analítica, o que não ocorre).

1 Uma crítica metodológica: a política como o fundamento da práxis social

Em sua exposição analítica, Del Roio tende a colocar a práxis política, em si, como a própria determinação das ações humanas. Ela surge imersa num cipoal de indeterminação, tendo em vista que ele não explicita – expõe –, na trama da exposição analítica, seus fundamentos ontológicos. Por isso, tem-se a impressão de que ela (a práxis política) esgota, por si mesma, o nexu constitutivo da realidade sócio-histórica. Em toda a sua análise da modernidade capitalista, permanece ausente uma digressão analítica sobre as contradições materiais que impulsionaram, em última instância, as ações das classes sociais. Por exemplo, ao tratar da crise do bloco histórico do Ocidente nas décadas de 1920 e 1930 do século XX, no capítulo intitulado “A crise do ocidente e o liberalismo da crise”, Del Roio não dedica nenhuma atenção à crise da economia capitalista. A práxis política, tão bem descrita por ele, permanece, de certo modo, imersa numa indeterminação ontológica.

Em decorrência do desprezo pela determinação ontológica da economia, da análise materialista propriamente dita, da análise das determinadas condições sob as quais os homens fazem a história, o problema do poder (e do domínio) político tende a surgir, em si, como o nexu constituinte – e constitutivo – da própria práxis sócio-histórica. Em sua exposição, o que é contingente é posto como essencial (o que não quer dizer que a práxis política como dimensão contingente não tenha um valor ontológico, pois, afinal, são os homens ainda que fazem a história). É a análise do modo de produção, das relações sociais de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas, das contradições materiais entre as classes, da “anatomia da sociedade civil”, no sentido marxiano, que é capaz de esclarecer a natureza (e a particularidade) do domínio político nas diversas etapas de desenvolvimento histórico (para Marx, “a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política”). É por isso que esse impulso

absoluto de poder (e de dominação) do Ocidente, o que Del Roio denomina de “projeto de império universal”, na medida em que não assume uma dimensão particular-concreta, tende a assumir um sentido “trans-histórico”, tornando, de certo modo, a exposição do processo de ocidentalização do mundo algo obscuro, movido por interesses “metafísicos” ou por impulsos irracionais.

De onde viria a motivação imanente da expansão do Ocidente? Qual a origem estrutural do “projeto de império universal”? Na análise de Del Roio, poderíamos dizer que ele viria do *medo*. Para ele, em várias passagens, o Ocidente, desde o seu surgimento como bloco histórico, destilaria um medo profundo de dissolução interna. No crepúsculo da Idade Média, a partir de fins do século XI, seria perceptível, por um lado, “o permanente risco de desagregação da ordem por conta da violência social generalizada”, e, por outro, a procura de “uma nova garantia de coesão social, a fim de que se estabilizasse e se reproduzisse a ordem feudal”. É o medo do caos social que irá impulsionar a constituição do “projeto de império universal”. Diz ele: “É a ação político-cultural da Igreja com o desígnio de estabilizar o feudalismo maduro, atenuando a tensão social, o ponto que simbolicamente demarca a origem do Ocidente atual e a sua vontade de domínio” (p.20). É o medo do caos social, do colapso sociocultural, que irá impulsionar o projeto de um império universal do Ocidente. Aos que dominam – e exploram –, cabe evitar a desagregação da dinâmica social. Para isso, urge canalizar a violência intrínseca da ordem feudal ou da ordem capitalista para alguns objetos – vistos como o “outro negativo”. Na Idade Média, as mulheres, os heréticos, os judeus, leprosos, insanos – os “outros negativos internos” e o Oriente islâmico, o “outro negativo externo”, cumpriram o papel decisivo na configuração decisiva do Ocidente e no desafogo da violência social interna. Na Idade Moderna, persistiria a necessidade irrefreável de se expandir, de dominar e de inventar “outros negativos internos”, tais como os pobres e o proletariado, e “outros negativos externos”. A própria ampliação dos espaços da modernidade contribuiria para combater o medo da dissolução interna do Ocidente, da regressão econômica e política e da desagregação sociocultural. O medo da dissolução da ordem é, portanto, para Del Roio, a motivação interna do processo de ocidentalização do mundo, ou seja, do surgimento do colonialismo, do imperialismo e da mundialização do capital. Pergunta-se: não estaria sendo desprezada por Del Roio, em sua análise, a verdadeira motivação imanente à modernização, ou seja, o problema da acumulação de capital, fulcro central das reflexões de Marx? Cabe salientar que, ao contrário

da preocupação do materialismo histórico, os pais da sociologia – Comte e Durkheim, por exemplo – tendiam a concentrar sua argúcia analítica no problema da ordem, incorporando, portanto, em suas preocupações teóricas, o traço constitutivo do próprio Ocidente (o medo do caos social, sempre recorrente no desenvolvimento da modernidade capitalista).

O desvio “politicista” da exposição de Del Roio não prejudica, de modo absoluto, o valor analítico da sua obra. O “exagero” metodológico da dimensão política até contribui para a recuperação das raízes ideológicas (e teológicas) da opressão moderna. É a partir daí que ele trata, com ousadia, de temas caros à “nova história”, recuperando-os na perspectiva de demonstrar que as novas opressões apenas reproduzem, sob novas roupagens, velhas opressões – o proletariado não seria nada mais nada menos que um “outro” antípoda do Ocidente, colocando-se lado a lado dos outros antípodas, que, na Idade Média e nos primórdios da modernidade capitalista, surgiram como o “outro interno negativo” – os heréticos, as mulheres, os loucos, os pobres (pergunta-se: esta “homogeneização” ontológica da função histórica do proletariado não prejudicaria a apreensão da sua particularidade com relação a outros sujeitos oprimidos no interior da modernidade capitalista?).

De certo modo, o livro de Del Roio é uma bela arqueologia da dominação cultural e ideológica do capital. Recupera no passado das lutas políticas (e ideológica) da Igreja de Roma – e das suas heresias – a formação do espírito de dominação universal do Ocidente, que hoje é, mais do que nunca, apropriado pelo capital em processo. Na verdade, ao recorrer ao imaginário medieval, Del Roio procura apenas vislumbrar as motivações ideológicas (e teológicas) do impulso de conquista e opressão que hoje – longe de suas primevas insinuações católicas – constitui o espírito da mundialização: a valorização do capital. O que nos leva a dizer que, apesar do “desencantamento do mundo”, tal como diria Weber, o capital tende a conservar, mais do que nunca, sob seu impulso de expansão mundial, uma roupagem ideológica (e, por que não dizer, teológica).

Surge logo uma interrogação: estaria Del Roio, ao ir até as raízes medievais do império universal do Ocidente, utilizando o passado da modernidade capitalista para esclarecer o seu presente? Estamos diante de uma característica metodológica da exposição do autor. De certo modo, esse foi o recurso heurístico utilizado, por exemplo, por Durkheim, que, em sua brilhante obra *As formas elementares da vida religiosa*, procurou explicar a sociedade moderna a partir das crenças das tribos primitivas australianas. Por outro lado, Marx, em seu texto *O método*

da economia política, procurou salientar que é o ser social “mais desenvolvido” que explicaria o “menos desenvolvido”, ou como ele observou, “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”. Desse modo, é a lógica da mundialização do capital que, em nossa época, explicitaria, de modo pleno, o espírito da ocidentalização do mundo, e não o contrário.

2 Ocidentalização do Mundo ou Mundialização do Capital?

É preciso diferenciar processos que ocorrem, a longo prazo, no plano histórico, que alguns autores identificam como a “ocidentalização do mundo” e a natureza do processo sócio-histórico que se impulsionou a partir do capitalismo comercial, com o avanço do modo de produção capitalista (um processo de modernização que assumiria diversas formas sócio-históricas: colonialismo, imperialismo e mundialização do capital). Na medida em que o “sujeito” capital se constitui como a relação social que tende a predominar no Ocidente, o processo sócio-histórico altera sua natureza ontológica, apesar de incorporar – no nível contingente – o sentido dado pelo movimento prévio. Por isso, a mera percepção da ocidentalização, tal como opera Del Roio, ao tratar do século XI aos nossos dias, pode tender a ocultar algo importante: a particularidade essencial de processos sócio-históricos que ocorrem, por exemplo, na virada do século XIX para o século XX e no final do século XX (o conceito de “ocidentalização do mundo” seria muito mais um “universal abstrato” que um “universal concreto”). Desse modo, se quisermos ser rigorosos, conceitos de “imperialismo” e “mundialização do capital” não se confundem nem podem ser reduzidos ao conceito de “ocidentalização do mundo”. São categorias analíticas de natureza diferente. Apenas se permanecermos no nível contingente, identificaremos o empreendimento das Cruzadas (ou as aventuras de Marco Polo), por exemplo, com as pretensões de expansão da General Motors Company.

Ao utilizarmos o conceito de “Ocidente”, pressupomos o de “Oriente”. No plano lógico – e estamos no interior da lógica formal – um é o contrário do outro, a oposição – antípoda, diria Del Roio – do outro. Mas, vale salientar, permanecemos ainda no plano da lógica formal. Entretanto, perguntemos: o que é o “Ocidente”? Seria o bloco histórico do Ocidente visto apenas como uma negatividade?

A rigor, se adotarmos a perspectiva dialético-materialista, poderíamos dizer que o “Ocidente” é o processo civilizatório que contribuiu,

de certo modo, para o impulso de desenvolvimento das forças produtivas, do “recuo dos limites naturais” e para a própria maturidade do homem individual. Na verdade, o processo de modernização é contraditório. É no interior do estranhamento da modernidade capitalista que é possível apreender, como possibilidade objetiva, a emancipação humana. Essa é a percepção teórica dos clássicos do marxismo. Desse modo, além das projeções de lógica da opressão, da submissão, o denominado “Ocidente” tenderia a ter algum valor (valor na perspectiva ontológica). É claro que o processo de “ocidentalização” é longo e penoso, caracterizado por tudo aquilo que Del Roio descreveu como a exploração, a opressão e o domínio do império universal do Ocidente. Entretanto, é um equívoco vê-lo tão-somente como um processo da negatividade, pois contém, no seu movimento imanente, a promessa de emancipação social, até agora sempre negada (tendo em vista que ela depende da luta de classes – não nos esqueçamos de que são os homens que fazem a história).

Desse modo, o valor do “Ocidente” em processo seria que ele, ao se constituir, ao levar à exacerbação da mercantilização universal, instaurou, de modo contraditório, o indivíduo social, ainda que seja uma individualidade estranhada. É apenas da perspectiva dos “indivíduos histórico-mundiais”, como salientaram Marx e Engels na *Ideologia alemã*, que seria possível pensar a revolução comunista, uma sociabilidade plena, para além do estranhamento do capital e da estreita idiotia do “Oriente”. É claro que Del Roio poderia dizer: não, Marx, em certo momento chegou a reconhecer que a comuna russa poderia servir para uma experiência de transição para o socialismo (p.162). Entretanto, não estaria Marx se debruçando sobre situações históricas excepcionais, não típicas, uma exceção que apenas confirmaria a regra?

Ora, o “sujeito” capital tende a criar um mundo só, sem negar, é claro, as diversidades socioculturais (e históricas). Só que, a partir do momento em que elas são incorporadas pelo processo de modernização, elas ganham novas “cores”. Na verdade, ao tornar-se universal, o “Ocidente” negou-se a si mesmo. Essa é a sua dialética. Deixou de ser uma categoria válida, no sentido epistemológico, para apreender o processo sócio-histórico da modernidade tardia. O que surge é um capitalismo mundial que é constituído, é claro, por uma diversidade cultural e política. Mais do que nunca, os cognominados interesses do “Oriente” e “Ocidente” tendem a representar tão-somente interesses do “sujeito” universal da modernização, o capital (uma modernização que é uma “contradição viva”, pois tende a recriar cada vez mais, como índice do moderno, o arcaico).

É diante disso tudo que podemos nos interrogar hoje: A China é “Oriente” ou “Ocidente”? E o Japão? E os EUA? Por isso, tais denominações – “Ocidente” e “Oriente” – apenas mantêm seus traços impressionistas, não servindo para apreender o nexó essencial do processo histórico que ocorre em nossos dias. Na verdade, é apenas a partir do “Ocidente em processo”, ou ainda, da modernização exacerbada, que poderemos pensar o movimento de emancipação humana, que se ocorrer deverá efetuar-se não para além do “Ocidente” – mera ficção, mas tão-somente para além do capital –, única (e contraditória) realidade do nosso tempo.